Revista Tecnologias na Educação-ISSN: 1984-4751 – Ano 12 -Vol.34- Dezembro/2020

Pandemia da Covid-19 e o ensino superior: Uma comparação entre França e Brasil

Isaac Gabriel Gayer Fialho da Rosa[1]
Marcelo Pires Negrão[2]
Giovanni Codeça da Silva[3]
Rodrigo Batista Lobato[4]

RESUMO

Em março de 2020 a pandemia de covid-19 atingiu o território brasileiro, suscitando por parte dos atores governamentais a adoção de políticas de contenção da doença. Como não existe até o presente, tratamento médico satisfatório ou vacina, todo o planeta adotou práticas de afastamento social como medida central de não difusão do vírus. Dessa maneira, sem planejamento prévio todo o ensino superior brasileiro presencial (seja público ou privado) precisou migrar para o atendimento remoto. Dessa maneira, o objetivo central desse trabalho é desenvolver uma comparação entre as medidas adotadas na França e em uma instituição pública do Brasil que oferece o ensino superior de maneira inicial – o Colégio Pedro II. A ideia é perceber pontos de contato e de afastamento das duas experiências. A conclusão central é que a universidade física se mostrou central nas duas experiências, já que o fortalecimento de relações subjetivas e institucionais se dá de maneira muito precária nos meios digitais. Além disso, observou-se que a pandemia agravou cenários de precarização estudantil que já existiam no território antes da chegada da doença (como a exclusão digital nos dois casos, e a precarização do alojamento estudantil na França).

Palavras-chave: Ensino Superior, Brasil e França, Covid-19, pandemia, ensino remoto.

1. Introdução

No fim de 2019 surge na Ásia uma doença com forte capacidade de difusão territorial e que não apresentava tratamento médico satisfatório ou vacina. O território chinês foi o primeiro espaço a apresentar a existência dessa enfermidade. Como hoje

[1] Doutor em Geografia pela UFRJ, Professor de Geografia, Colégio Pedro II, Professor de Geografia na Universidade Veiga de Almeida;
[2] Doutor em Geografia pelo Centre de Recherche et Documentation sur l´Amerique Latine - Paris, França, Professor de Geografia, Université d'Angers – França;
[3] Doutor em Linguas Neolatinas pela UFRJ, Professor da Rede Estadual do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). Professor de História na Universidade Veiga de Almeida. Coordenador do Programa Residência Pedagógica em História (Seeduc-UVA-CAPES);
[4] Doutor em Geografia pela UFRJ, Professor de Geografia na Universidade Veiga de Almeida. Coordenador do Programa Residência Pedagógica em Geografia (UVA-CAPES);

esse país já apresenta o segundo maior PIB do planeta, um parque industrial extremamente diversificado e inserido em cadeias globais de exportação, além de ser um grande consumidor de commodities Globais e matéria-prima industrial, observa-se que a China se encontra fortemente inserida nas redes globais de circulação de pessoas, mercadorias, rotas de voo etc. Dessa maneira, ocorre a eclosão da pandemia global de Corona vírus a partir da circulação desses movimentos.

Em março de 2020 a doença chega no território brasileiro a partir de fluxos aéreos. Sendo assim, toda a educação presencial brasileira (seja pública ou privada) teve que obrigatoriamente abandonar o seu cotidiano de frequência física docente e discentes nos espaços universitários. Até pela falta de uma conclusão cabal de como proceder nesse novo tipo de oferta do ensino superior vários caminhos foram desenvolvidos pelas diversas instituições no território nacional e em outras nações do planeta. Algumas simplesmente suspenderam a oferta do ensino centradas basicamente na ideia de que o ensino remoto é extremamente excludente devido à falta de equipamentos e internet de qualidade por grande parte de alunos e professores. Portanto, os defensores dessa vertente alegam que migrar para o EAD sem o provimento de infraestrutura tecnológica básica é aprofundar as diferenças educacionais. Outras instituições desenvolveram uma migração mais rápida para o ensino remoto defendendo que a não oferta de atendimento pedagógico também acarretaria em exclusão.

O objetivo central da presente pesquisa é estudar as rotas de ensino superior em instituições do Brasil e França a partir da pandemia de covid-19. Como objetivos secundários destacamos a descrição de encaminhamentos da ação de instituições de ensino superior na França e Brasil, além de refletir sobre as repercussões sociais da pandemia, e os reflexos dessas nas esferas educacionais de maneira multi-escalar.

O setor educativo presencial foi extremamente impactado pela pandemia. Na medida em que teve de maneira abrupta abandonar sua rotina de funcionamento em direção ao ensino remoto sem nenhum planejamento ou treinamento prévio por parte dos docentes e funcionários. Dessa maneira, as novas práticas foram sendo construídas sem uma necessária reflexão teórica sobre as potencialidades e limites dos caminhos escolhidos pelas instituições. Em linguagem popular ocorreu a “troca da roda com o carro andando”. Sendo assim, agora depois de alguns meses da execução das

experiências a academia começa a produzir reflexões mais cuidadosas sobre os caminhos percorridos. Portanto o nosso trabalho se insere nesse esforço de apresentar uma análise acadêmica comparada das experiências francesa e brasileira.

2. Embasamento Teórico

A pandemia do Covid-19 que assola o Planeta trouxe uma reconfiguração total da teia de sociabilidade dos espaços e territórios em qualquer escala analisada. Se é consenso que o Sistema-Mundo passa por uma transformação sem precedentes, encontra-se em aberto o destino que o Mundo tomará durante, e sobretudo, posteriormente a difusão Global do vírus.

Uma evidência desse processo são as diversas abordagens que existem sobre os impactos do vírus na sociedade. São exemplos as abordagens completamente antagônicas entre dois pensadores do tempo contemporâneo. Enquanto Slavov Zizek[5] aponta que a doença já gerou um golpe fatal ao capitalismo, Byung-Chul Han[6] entende que essa doença servirá para aprofundar Estados autoritários, gerando aprofundamento das desigualdades já existentes.

No início dessa crise veiculou-se em alguns meios de comunicação o caráter igualitário da ação do vírus, como se ele tivesse a mesma capacidade de produção de estragos em toda a Humanidade, independente de contexto ou de classe social. Chegou-se a dizer que 'a doença atingia à todos, pobres e ricos sem distinção', o que hoje mostra-se inverídico, seja pelas diferentes condições de fazer o isolamento, seja pela necessidade de trabalho ou ainda na qualidade do atendimento médico em caso de contágio.

O Geógrafo David Harvey[7] desenvolve uma reflexão no sentido de desmistificar essa ilusão, ao apontar que a sociedade é marcada por desigualdades de classe, e essas potencializam ou diminuem a ação da doença. Fica clara essa reflexão ao perceber o número de óbitos em países ricos ou pobres, ou entre grupos abastados ou famélicos de um mesmo território. Um estudo preliminar[8] de pesquisadores da USP mostrou que os habitantes da periferia de São Paulo têm até 50% mais de chances de falecer de Covid-19 em relação aos moradores da região central da cidade, em decorrência das condições socioeconômicas.

Estaria a sociedade de um modo geral no mesmo barco nessa pandemia? De acordo com a colunista Ilona Szabó de Carvalho, da Folha da São Paulo, estaríamos no mesmo barco, como escreveu no dia 08 de abri de 2020 "somos todos vulneráveis ao

[5] http://agbcampinas.com.br/site/2020/slavoj-zizek-coronavirus-e-um-golpe-estilo-kill-bill-para-o-capitalismo-e-pode-levar-a-reinvencao-do-comunismo/ (acesso 15/5/2020).
[6] http://agbcampinas.com.br/site/2020/byung-chul-han-o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha/ (acesso 15/5/2020)
[7] http://agbcampinas.com.br/site/2020/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/ (acesso 15/05/2020)
[8] https://arxiv.org/abs/2008.02322

vírus Sars-Cov-2", Expressão inicialmente utilizada para apontar que o vírus não escolhe classe social. Todavia, entende-se que houve em sua fala o uso incorreto do conceito de vulnerabilidade, visto que a própria colunista aponta que "ninguém pode ficar para trás", demonstrando que os efeitos são diferentes na população.

Para Boaventura Souza Santos (2020), sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo.

Essa comunhão descrita acima não significa que estamos no mesmo barco, mas aponta a forma de vê-la pela sociedade. Conforme Harvey (2020) mesmo não usando esse termo, considera os impactos desiguais dessa pandemia. Complementando esse pensamento, corrobora-se com Marco Akerman e Woneska Rodrigues Pinheiro[9], ao lembrar que o conceito de vulnerabilidade demarca uma profundidade desigualdade entre pessoas.

Dentro desse debate cercado de contradições e conflitos, pode-se afirmar que o mundo acadêmico ainda não tem a clareza sobre como será o futuro. Qual caminho o mundo percorrerá? Caminharemos para um cenário de melhora ou de piora das relações sociais e, especificamente, de ensino?

As perguntas acima são de difícil resposta. Mas podemos afirmar que o mundo se transformou, gerando mudanças no papel da escola e na ação do professor nesse processo. Na escala nacional percebe-se que a Constituição de 1988 desenha uma arquitetura do Estado brasileiro como garantidor de direitos, e da educação como direito fundamental. A Educação básica é dimensionada na Legislação Nacional para ser ofertada de maneira presencial, tendo apenas a modalidade EaD como complemento das ações escolares. Em contexto pandêmico esse formato foi momentaneamente universalizado. A educação superior pode ser ofertada em modalidade EAD, mas ocorre claramente um recorte de classe nesse oferecimento, onde cursos mais populares (como pedagogia) são primordialmente ofertas em formato remoto, enquanto medicina ou direito não se enquadram nessa modalidade (cursos com uma maior média de renda por parte dos estudantes).

Nos últimos tempos, o Estado brasileiro vivencia uma onda reformista neoliberal, com o objetivo de cortar gastos sociais e reduzir o alcance das ações estatais. Dentro desse contexto uma crise sem precedentes gerada pela pandemia pode ser usada como pretexto de mais ajustes estruturais no Estado brasileiro, como sugeriu o próprio Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles[10]

Concorda-se aqui com Klein (2008) que fala em "capitalismo de desastre", ao mencionar a noção de crise como fundamental para enxugamento de direitos e gastos sociais – neste caso, uma crise de origem sanitária com repercussões sobre a economia. Dessa maneira, a educação como direito passa a ser problematizada e questionada.

[9] https://diplomatique.org.br/covid-19-nao-estamos-no-mesmo-barco/ (acesso 15/05/2020)
[10] https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml

Na questão escolar, em razão das políticas de isolamento social, as redes públicas e privadas do país optaram pela interrupção total do serviço ou pela migração para o ensino remoto. A rede privada, provavelmente pela necessidade de não perder seu caixa e manter o pagamento das mensalidades dos alunos, fizeram a migração para as teleaulas de forma muito rápida. No caso do ensino superior ocorreu o mesmo movimento, onde redes privadas fizeram a migração primeiro que as redes públicas.

A rede pública fez a migração de forma mais lenta, com obstáculos talvez mais importantes. Mas em ambos os casos não existiu profunda reflexão pedagógica ou logística sobre a adoção dessa nova metodologia de ensino, até porquê, pela perspectiva das aulas presenciais, nenhuma instituição de ensino havia feito investimentos em ambientais virtuais de aprendizagens (AVA) e suas plataformas para uma Educação à Distância. (Na França sim, como nosso caso analisado).

Rosa (2014) aponta que já era uma característica do cenário educacional brasileiro empoderar as novas tecnologias como redentoras dos males da Educação do país. Cria-se uma ressignificação da técnica como passível de sozinha melhorar os processos de ensino-aprendizagem das escolas.

Diversos autores refletem que o docente é o agente primaz da educação (independente de incorporação ou não de novas técnicas). Sem que esse profissional passe por uma formação inicial e/ou continuada que de fato dimensione os artefatos tecnológicos como enriquecimento qualitativo à prática educacional, novos pacotes tecnológicos serão utilizados como uma mera manutenção do ensino que já é feito, mas apenas como mudanças do meio utilizado.

Existe então uma tentativa de modernização conservadora das universidades e escolas, onde mudam-se os artefatos, sem mudar a essência da prática educativa. O contexto de migração forçada para o uso de tecnologias à distância tendeu a ratificar esse problema já existente.

Ratifica-se então que o vírus não se difundiu sobre um espaço isomórfico que reage do mesmo jeito contra ele. Potencialidades e problemas do território ainda estão presentes. Dessa maneira, o trabalho docente nacional sofre de algumas mazelas que foram potencializadas com essa migração sem maiores reflexões para o formato à distância.

O docente brasileiro de educação básica recebe, em média, uma baixa remuneração pelo seu trabalho (Rosa, 2015). Dessa maneira, em geral possui poucas condições materiais para possuir artefatos técnicos para o oferecimento das aulas (como internet de boa qualidade, muitos dispositivos tecnológicos, espaço em sua casa em condições de fazer transmissões, etc.). Sendo assim, pode existir um aumento da precarização do trabalho docente nesse novo contexto.

No caso do ensino superior ocorre uma clivagem de desigualdade entre as redes pública e privada no caso brasileiro. Em geral nas universidades públicas o professor apresenta um regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva que mantêm um salário razoável para a realidade brasileira, e tempo de planejamento para a oferta de ensino e pesquisa. Na rede privada em geral o docente é enquadrado na modalidade de

horista, recebendo apenas pelas aulas trabalhadas, sem tempo remunerado de pesquisa e planejamento.

Muitos docentes brasileiros de educação básica não possuem sequer acesso a formação inicial na sua área de atuação (Rosa, 2015), quanto mais uma formação continuada que permita uma atuação qualitativamente diferenciada em relação as novas tecnologias. Dessa maneira, acaba ocorrendo muito mais o método das tele aulas (uso de uma prática presencial, só que com transmissão pela internet), do que de fato, a edificação de um ensino à distância qualitativamente diferenciado.

Além desses fatos que já existiam na realidade do trabalho docente, a covid-19 trouxe uma série de outros limitadores para a ação docente, como educação de filhos em tempo integral em suas casas, problemas de redução da renda, doenças em familiares, situação de stress familiar etc.

Dessa maneira, não sabemos como esse novo formato de educação será de fato incorporado pelos professores. Pode-se afirmar que ela tem potencial de aprofundar problemas já existentes e criar novos, mas também pode ser um caminho para a transformação qualitativa da escola. O que ocorrerá? A resposta está nas mãos dos professores do país.

3. Metodologia

O método utilizado na presente pesquisa diz respeito ao estudo comparado de redes de ensino. A ideia dos estudos comparados provavelmente nasceu como um dos métodos da própria construção das ciências humanas nas universidades europeias a partir do renascimento. A partir do século XIX se inicia na Europa a edificação das redes de ensino básico. Dessa maneira, os estudos comparados da Educação visavam justapor experiências educativas para apurar semelhanças e diferenças entre os caminhos escolhidos. Além disso, visava entender experiências positivas e negativas na gestão das redes nascentes nesse período histórico para adaptar escolhas entendidas como satisfatórias ou rechaçar caminhos entendidos como não satisfatórios (SAVIANI, 2001).

A partir do pós-segunda guerra esse método de comparação fica ainda mais fortalecido no âmbito das instituições multilaterais que nascem nesse momento, como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a UNESCO. Nesses espaços ergue-se uma ideia global de comparação entre os serviços sociais ao redor do Globo. Portanto, efetivar comparação de características educativas em escala planetária passa a ser algo

fundamental para esses organismos, produzindo então a necessidade do fortalecimento da escola de comparação nas universidades e órgãos governamentais pelo Globo.

Ferreira (2008) argumenta que a comparação é feita para destacar semelhanças e diferenças entre características de redes escolares. Enseja também a comparação dos contextos que justificam as escolhas das redes, pois escolas como não são entes apartados da sociedade, estão marcadas pelas características culturais, econômicas, financeiras etc da sociedade da qual emergem.

Franco (2000) destaca que a comparação é sempre uma relação com o outro, então justapor redes é feita para a partir do outro, o organismo comparado perceber o que tem de igual e também de semelhante. Sendo assim, a noção de alteridade é utilizada nesse momento, pois a partir da comparação percebe-se pontos de contato e diferenciação em relação as redes comparadas.

O objetivo central da escolha desse método diz respeito a possibilidade de observar semelhanças e diferenças em relação ao enfrentamento do covid-19 por parte das instituições de Ensino Superior na França e Brasil.

4. Análise e Discussão dos Dados

4.1 O Contexto brasileiro e o Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II foi fundado no ano de 1837, sendo uma das instituições de ensino básico mais tradicionais da história do Brasil. Essa instituição foi responsável pela formação escolar do próprio D. Pedro II, e outros nomes ilustres da história do país, como presidentes, artistas, ministros etc.

A manutenção da escola pelo Governo Federal foi ratificada na Constituição de 1988. Esse dispositivo ocorreu, pois, devido ao mecanismo da repartição federativa constitucional da Educação não caberia ao Governo Federal a manutenção da educação básica, sendo essa obrigação de estados e municípios. Mas devido à importância histórica da instituição a mesma foi mantida dentro do orçamento federal.

Em 2012 o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais de Ensino, incorporando a noção de oferecimento de pesquisa, extensão, ensino superior e pós-graduação. Atualmente o Colégio apresenta cerca de 12 mil alunos contemplando todos os níveis de ensino, tais como educação infantil, fundamental, ensino médio regular, técnico

integrado e proeja, cursos de pós-graduação lato sensu, stricto sensu e licenciaturas. A instituição apresenta 14 campis nos municípios do Rio de janeiro, Duque de Caxias e Niterói no estado fluminense.

A partir do ano de 2019 começa a ocorrer a formação de um núcleo de licenciaturas no Colégio no campus Realengo. Esses oferecem as graduações de história, geografia, Ciências Sociais e Filosofia (totalizando cerca de 200 alunos no ensino superior), possuindo premissas que tocam todos os cursos, como a perspectiva decolonial e método voltado a formação do aluno trabalhador.

No ano de 19 foi feito a regularização dos cursos e processos de vestibular para a montagem das primeiras turmas. No ano de 2020 se iniciaram as primeiras turmas presenciais dos cursos a partir do mês de fevereiro. Em março ocorreu a entrada da pandemia no cenário nacional. O Colégio Pedro II adotou a postura de suspender as aulas presenciais e não ofereceu ensino remoto a princípio para nenhum nível de ensino por colocar que o mesmo geraria exclusão educacional devido à falta de acesso as condições técnicas para o acompanhamento das atividades. Argumentou-se também que é muito difícil fazer o atendimento remoto a alunos incluídos, como sujeitos de baixa visão, limitações cognitivas etc.

Com o avanço da pandemia as coordenações dos cursos vislumbraram que seria necessário algum atendimento remoto aos estudantes de graduação. Para tanto, ocorreu a implantação de um ciclo de palestras no youtube com pesquisadores destinados a estudantes de graduação e pós-graduação. A partir do mês de setembro o Colégio decidiu oferecer ensino remoto para todos os níveis de ensino.

Na graduação vem sendo utilizado duas plataformas de ensino remoto, como o Google sala de aula e o moodle. O paradigma de atividades contempla atividades síncronas (como web aulas) e assíncronas (como sugestão de textos, podcasts, aulas gravadas, etc). As atividades até o presente momento se destacam pelo pouco número de faltas. Pelo planejamento inicial o Colégio Pedro II volta a ter aulas presenciais em fevereiro de 2021 (com uso provável da rotina híbrida que intercambia atividades remotas e presenciais).

Para esse ciclo de atividades remotas a partir de setembro a Instituição lançou editais de apoio de compras de pacotes de internet e equipamentos para o acompanhamento das aulas no caso de alunos em precariedade de renda. Além disso, existiu um programa de bolsas de iniciação à docência para estudantes se engajarem na rotina de pesquisa e receberem um apoio financeiro para a participação nas aulas e atividades acadêmicas.

Destaca-se que devido a restrições orçamentarias esses projetos de apoio são pequenos em relação as necessidades do grupo discente do Colégio.

4.2- O Contexto francês

No dia 16 de março de 2020 o governo francês decretou o confinamento total da população do país: pessoas comuns, que não trabalhassem na área da saúde ou nos serviços essenciais (policiais, bombeiros, lixeiros, etc.) somente poderiam deixar seu domicílio para fazer compras no mercado, por motivos de saúde (ir a uma consulta médica) ou prestar socorro à alguma pessoa em caso de urgência. No anúncio em cadeia nacional de rádio e TV, o presidente francês também disse que, em qualquer cenário, as aulas do ensino superior não mais retomariam presencialmente neste ano letivo (que se encerraria no fim de junho, no hemisfério norte).

Para realizar qualquer uma das saídas mencionadas acima, era necessário imprimir uma autorização especial na página do Ministério do Interior francês indicando data e hora exatas de saída e retorno. O delito de violação das medidas de confinamento incorria em multa de 135 euros no primeiro flagrante e seis meses de prisão e multa de 3.750 euros em caso de reincidência.

Essa medida drástica, aliada a outras como testagem massiva e gratuita da população, permitiu ao país iniciar o desconfinamento em duas fases, a primeira com restrições de circulação, aglomeração e viagem no dia 11 de maio e a segunda etapa no dia 02 de junho, com o retorno às aulas (exceto universidades). Hoje, apenas aglomerações de mais de 5 mil pessoas estão proibidas, assim como as fronteiras foram reabertas com os países que mantêm sob controle o contágio e o número de mortes. Não é mais necessário imprimir autorização de saída, mas com o recente aumento do número de casos – até agora considerado sob controle - as multas ainda podem ser aplicadas nos locais em que regras especificas são necessárias (como a obrigatoriedade do uso de máscara em locais públicos de certas cidades do país.

O número de mortes diárias passou assim de 833 pessoas em 06 de abril para cerca de 20 no dia 07 de junho, o que demonstra o sucesso das medidas radicais impostas pelo governo. Pouco mais de dois meses de medidas contundentes foram necessários para se atingir o objetivo de normalizar a curva de mortes e de contágio. O presidente Emmanuel Macron, desgastado pelas sucessivas manifestações que antecederam a crise do Covid-19 (Coletes amarelos, greve dos ferroviários, manifestações da juventude pelo clima) jogou sua última carta em vista de uma possível reeleição em 2022 proclamando que, a partir desta

crise, ele mudaria a direção do seu governo, tido como muito liberal por grande parte da população francesa. Os gastos excepcionais e de ajuda à população e às empresas anunciados pelo governo totalizam 460 bilhões de euros (3 trilhões de reais pelo câmbio atual, ou 20% do PIB da França) e vão na contramão das medidas de austeridade fiscal que o governo vinha implantando até então.

Adaptações do ensino superior francês

Neste novo contexto, as universidades fizeram prova de adaptações não menos importantes do que as escolas e liceus, mas direcionada a um público adulto, com outras características e que, em partes, pode se encontrar em situação de vulnerabilidade. Uma semana antes do início do confinamento poucas pessoas acreditavam que tais medidas radicais poderiam ser tomadas na França. Logo, não houve tempo de preparação e o isolamento chegou de forma abrupta.

O exemplo que se segue diz respeito à Universidade de Angers, no Oeste da França. Esta é uma universidade pública, de abrangência regional (em oposição às grandes universidades parisienses com alcance internacional) e cerca de 22 mil estudantes nos três níveis de formação: graduação, mestrado e doutorado.

O calendário universitário francês de aulas é mais curto do que o da educação básica. As aulas na universidade terminam no fim de abril, o que quer dizer que quando foi decretado o confinamento, em 16 de março, restava pouco mais de um mês de aulas para o fim do ano letivo. O mês de maio é dedicado à primeira sessão de provas e o mês de junho à segunda sessão (para os alunos que não atingiram a nota na primeira sessão). O primeiro grande esforço foi, então, para terminar o ano letivo, adaptando o último mês de aula e sobretudo as avaliações que deveriam ocorrer entre maio e junho. A maioria das universidades, dentre elas Angers, optou por terminar remotamente as aulas, mas algumas universidades francesas decidiram dar por encerrado o semestre em março e não realizar aulas remotas, apenas as sessões de provas. Cada universidade e até mesmo cada departamento ou instituto teve autonomia para decidir sobre as medidas necessárias para encerrar o semestre.

Por ser uma universidade de médio porte, Angers havia participado no início dos anos 2010 de um projeto piloto do Ministério da Ciência e do Ensino Superior[11] com o objetivo de desenvolver ferramentas digitais que deveriam ser, posteriormente, estendidas às demais universidades do país. Este projeto foi nomeado Lab U.A e permitiu a criação de

[11] Na França, a educação básica e a educação superior dependem de ministérios diferentes. A prmeira é ligada ao Ministério da Educação Nacional e a segunda ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

um inventário de ferramentas digitais, seja pela intranet, seja em laboratórios de informática e audiovisual, seja pelo próprio site da universidade e que foram bastante úteis durante o confinamento. Algumas dessas ferramentas foram desenvolvidas especificamente para a universidade, outras foram integradas, como a plataforma *Teams*, da Microsoft, pela qual as reuniões virtuais entre professores aconteciam. Tudo em um mesmo ambiente virtual e ergonômico. Nem todas as universidades francesas entraram no confinamento com a mesma disponibilidade de ferramentas digitais. O projeto Lab U.A permitiu não apenas desenvolver ferramentas, mas também um corpo técnico especializado nesses ambientes digitais que pôde auxiliar os professores e alunos na utilização delas.

Assim como as ferramentas da educação básica no âmbito da plataforma Eduscol.fr, o projeto Lab U.A não contou com a adesão massiva dos professores antes da pandemia. E mesmo, muitos daqueles que já frequentavam o ambiente virtual da universidade não haviam explorado a integralidade das ferramentas disponíveis. A pandemia acelerou e universalizou o uso e o aprendizado das ferramentas digitais desse projeto.

Fazendo prova de um esforço coletivo e de planejamento, os professores conseguiram terminar as aulas do semestre e adaptar o calendário e as modalidades de provas, que inicialmente deveriam ser presenciais, utilizando as ferramentas do projeto Lab U.A e a plataforma Moodle.

Distanciamento e precariedade dos alunos

A comunicação com os alunos se fez pela plataforma Moodle, na qual as aulas eram disponibilizadas e parte das avaliações e provas eram realizadas. Dessa forma, os alunos que se conectavam e participavam e aqueles que nunca se conectavam foram rapidamente identificados. Cada ano de graduação possui um professor responsável que identificou e contactou por e-mail e por telefone esses alunos isolados, para saber a razão pela qual ele(a) não participava e buscar uma solução.

O departamento de Geografia de Angers tem cerca de 150 alunos de graduação e 35% deles deixou de acompanhar as aulas quando elas migraram para o ambiente virtual, após 16 de março. Foram esses alunos que foram contactados individualmente por uma força-tarefa entre professores e a reitoria.

Os motivos encontrados para o distanciamento desses alunos foram os mais variados: depressão, problema de saúde dos familiares, alguns alunos perderam familiares próximos para o Covid-19, além da falta de material adequado – muitos alunos possuem apenas telefone celular e utilizavam os computadores dos laboratórios e da biblioteca da

universidade para trabalhar, antes do fechamento. Problemas de conexão à internet também foram bastante recorrentes, uma vez que a maior parte dos alunos possui planos de internet com pacotes de dados restrito. Assistir à uma aula em vídeo consome parte importante desses pacotes de dados.

Outro problema recorrente que atingiu não apenas os alunos que se distanciaram, mas um universo ainda maior, diz respeito ao alojamento estudantil. Mais de dois terços dos estudantes de Geografia de Angers vêm de outras cidades e alugam quartos nas proximidades da universidade ou obtêm um quarto no alojamento universitário. Em geral, a superfície desses alojamentos é bastante pequena e localizada em regiões da cidade distantes do comércio. Fazer o confinamento nessas condições teve efeito bastante negativo sobre a produtividade e o estado psicológico dos estudantes, contribuindo para piorar o rendimento escolar de muitos deles. Alguns retornaram para a casa dos pais durante o confinamento, mas nem todos têm essa possibilidade.

Para mitigar esses problemas a universidade forneceu rapidamente computadores portáteis e chips de telefone com elevada franquia de dados de internet. Isso permitiu aos alunos saírem, em partes, da precariedade material e do isolamento digital. O serviço psicológico da universidade também iniciou um trabalho contínuo durante e após o confinamento com os alunos que solicitaram ajuda psicológica. O problema do alojamento estudantil é estrutural e de difícil solução no curto prazo.

Esses problemas corroboram um estudo[12] belga realizado por três professores da Universidade Livre de Bruxelas (ULB) intitulado "Pesquisa sobre as condições de aprendizado universitário a distância durante o confinamento" (relatório preliminar, abril de 2020). 2.524 alunos, majoritariamente das Ciências humanas e sociais, Direito e Economia, responderam um questionário *on line* entre os dias 30 de março e 13 de abril.

Os pesquisadores descobriram alguns paradoxos, como por exemplo, apesar da atual geração de estudantes ser ultra conectada em seus *smart phones*, seus equipamentos de informática e conexões de internet são inadaptados ao ensino remoto. Além disso, a conversão do alojamento estudantil em local de estudos para continuidade da aprendizagem, que antes era feita em sala, mostrou-se bastante complicada e delicada. Os autores avaliaram também as condições de existência e de estado de espírito dos alunos e descobriram que houve uma perda massiva de empregos (muitos estudantes trabalham para pagar seus estudos) e que a redução dos recursos financeiros tende a aumentar as

[12] Enquête sur les conditions d'apprentissage universitaire à distance pendant le confinement. Jean-Michel Decroly, Moritz Lennert et Mathieu Van Criekingen, IGEAT, ULB. Avril 2020.

desigualdades entre os que precisam trabalhar e aqueles cujas famílias podem arcar com os gastos, aumentando a carga de stress e psicológica sobre o grupo de estudantes desfavorecidos. Por fim, os autores se interessaram sobre as condições próprias de aprendizagem à distância e colocaram em evidencia uma diminuição generalizada da capacidade de aprendizagem, um crescimento paradoxal da carga de trabalho (em um primeiro momento os professores aumentaram a carga de ensino com o intuito de manter as atividades constantes, que se acumulou com a necessidade de adaptação à uma nova realidade por parte dos alunos, gerando uma carga ainda maior do que a do ensino presencial), além de detalhar uma série de situações do aprendizado presencial que não podem ser substituídas pelo ensino à distância.

Voltando ao departamento de Geografia de Angers (no qual a pesquisa acima rapidamente circulou entre seus membros) e após sucessivas reuniões, decidiu-se no colegiado que nenhum aluno seria reprovado neste semestre. Aqueles que obtivessem notas suficientes para serem aprovados, teriam elas lançadas no histórico escolar. Aqueles que não obtivessem, teriam as disciplinas neutralizadas e computadas como realizadas – mas sem uma nota lançada.

Essa decisão ocorreu levando em conta as dificuldades encontradas por parte importante dos alunos, mas também pela incapacidade dos professores de realizar avaliações a distância tendo certeza da identidade do aluno que estaria compondo as avaliações. Um dos professores do departamento optou por fazer provas orais, por telefone. E ligou para cada um dos alunos em horário previamente estabelecido. Este professor relatou que, a cada pergunta feita, ele teve a impressão de que vários outros alunos estavam no mesmo ambiente ajudando o aluno que estava no telefone a responder. Seria ainda mais complicado assegurar a autoria das provas escritas, sejam elas individuais ou em grupo. Para não insistir neste papel tacanho e ao mesmo tempo ser compreensível com a excepcionalidade da situação, optou-se pela aprovação de todos os alunos. A avaliação do conhecimento é tomada de forma bastante séria na universidade francesa e os meios disponíveis não se mostraram suficientes para realizá-las. Será necessário ainda aperfeiçoar o sistema de avaliação remota da universidade.

Para o retorno das aulas em setembro foram elaborados três cenários possíveis pela direção do instituto e da universidade. O primeiro, com a retomada total das aulas de forma presencial e com medidas de barreira importantes (obrigação do uso de máscara nos espaços abertos e fechados, inclusive em sala, reforço na equipe de limpeza, espaçamento

entre alunos, cancelamento de todas as atividades coletivas não essenciais e de integração, entre outras ações). O segundo cenário – o mais provável – prevê a retomada das aulas de forma híbrida, com 60% a 70% das aulas remotas e 40% a 30% das aulas presenciais. O terceiro cenário, menos provável, prevê um reconfinamento total e aulas totalmente remotas.

No cenário híbrido, o mais provável, uma questão fundamental ainda não foi resolvida e divide a equipe de professores: quais serão os critérios para definir os cursos presenciais e remotos? Duas propostas estão em discussão. A primeira visa privilegiar com aulas presenciais as turmas de 1º ano de graduação e 1º ano de mestrado, uma vez que esses alunos conhecem pouco a universidade e as chances de abandono e desistência são maiores. Se adotado, esse cenário visa sobretudo combater um possível aumento da evasão escolar neste período de excepcionalidades. O segundo cenário, mais técnico, privilegia as disciplinas práticas, que dependem de laboratório ou de um acompanhamento específico do professor, próximo ao aluno. No departamento de Geografia seriam disciplinas como Diagnóstico territorial, Métodos de pesquisa, Geomática e cartografia aplicada, Estatística aplicada – todas essas disciplinas utilizam o laboratório de informática e programas específicos de computador (Como R, Arc/Gis ou QGis, Sphinx, entre outros), alguns deles com licenças pagas e que os alunos não poderiam ter em casa. As disciplinas de cunho mais teórico, como Geografia urbana, Geografia rural, Geografia política, entre outras, poderiam ser mais facilmente transpostas para o ambiente digital.

Esses cenários vêm sendo elaborados desde maio e são rediscutidos e adaptados mensalmente. Entretanto, as incertezas ainda são grandes e mesmo após o início das aulas novas adaptações poderão ser necessárias ao longo do semestre, demandando capacidade de adaptação de alunos e professores.

5. Conclusões

A utilização do método de estudo comparado funciona para evidenciar diferenças e semelhanças entre instituições estudadas. No caso da pandemia de covid-19 na escala planetária pode-se perceber que todas as redes escolares foram surpreendidas pelo tamanho do processo.

No quesito planejamento, a instituição francesa apresentou um planejamento prévio mais satisfatório por apresentar uma preparação anterior para o ensino remoto.

No caso brasileiro, os cursos de licenciatura estudados foram planejados para a oferta presencial, sendo assim, existiu uma dificuldade de adaptação a nova realidade.

Torna-se claro que a pandemia piorou cenários de precariedade que já existiam no território antes da sua chegada. Alunos com exclusão digital (nos dois casos) e com dificuldades de moradia (no caso francês) tiveram sua situação piorada com o advento do alastramento da doença.

Destaca-se ainda nas duas experiências, a falta do espaço de trocas que as universidades físicas representam. As universidades são espaços centrais de formação profissional, mas são também espaços de trocas simbólicas e construção de redes de solidariedade e relação. Observou-se a fragilização dessas redes em ambos os aspectos empíricos observados, suscitando possíveis questões psicológicas em docentes e discentes que ambos os poderes públicos não se mostram sensíveis a contento.

Observa-se que nos dois casos estudados os docentes estão se esforçando para apresentar soluções pedagógicas para essa nova realidade que emerge da pandemia. Será que teremos um ensino qualitativamente diferente a partir da adição desse pacote tecnológico? Não sabemos... Mas sabemos que o professor não deve fazer essa tarefa sozinho. Necessita de poio governamental e institucional para tamanho desafio!!!

6. Referências Bibliográficas

FRANCO, M.C. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. Revista Educação e Sociedade. Campinas, ano XXI, n 72, p. 197-229, agosto, 2000.

FERREIRA, A.G. O sentido da Educação comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade. Educação. Porto Alegre, v.31, n.2, p. 124-138, maio-agosto 2008.

HARVEY,D. Política anticapitalista em tempos de covid-19 In HARVEY,D. ET ALL (ORGS) Coronavírus e a luta de classes, ed. Terra sem amos, 2020, Brasil.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ROSA, Isaac Gabriel G. F. Temos uma crise no currículo brasileiro? Sobre a BNCC, Geni e o Zepelim e cortinas de fumaça! *In*: Revista G I R A M U N D O, R I O D E J A N E I R O , V. 2 , N . 4 , P. 1 5 - 2 8 , J U L . / D E Z. 2 0 1 5.

ROSA, Isaac Gabriel G. F. A Formação continuada de professores de geografia e o uso de geotecnologias: o caso do projeto "escolas do amanhã" da rede municipal de educação do Rio de Janeiro/RJ. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia)- PPGE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra – Portugal: Ed. Almedina, 2020.

SAVIANI,D. História Comparada da Educação: Algumas aproximações. Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/dermeval/texto2001-8.html>

Recebido em DEZEMBRO 2020
Aprovado em DEZEMBRO 2020